

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 195

Disponibilização: 15/10/2025 Publicação: 14/10/2025

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

LEI N° 6.184, DE 8 DE OUTUBRO DE 2025.

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.997, de 15 de março de 2013.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° O art. 5°; o inciso IV, o § 1° e seus incisos I e II do art. 12 e o art. 14, todos da Lei n° 2.997, de 15 de março de 2013, que "Estabelece normas sobre o funcionamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços em lutas, capoeiras, ginásticas, musculação, dança e natação, clubes esportivos e ou recreativos, atividades físico-desportivo-recreativas ou similares e outros estabelecimentos congêneres no Estado de Rondônia.", passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5° Após notificadas pelo órgão competente, as pessoas jurídicas terão o prazo

ımprorrogave	I de 30 (trinta) dias para se adequar a esta Lei.
	Art. 12
	IV - aplicação de multa, levando em consideração a gravidade da infração.
	§ 1° A reincidência será aplicada de forma a:
	I - agravar multa; ou
	II - suspender atividades, até que seja regularizada junto aos órgãos competentes.

Art. 14. A responsabilidade pela aplicação e execução desta Lei será de obrigação do estado de Rondônia, por intermédio das entidades de proteção e defesa do consumidor, podendo contar, se necessário, com a orientação da Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, em consonância com o art. 154 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017." (NR)

Art. 2° Ficam revogados os arts. 4° e 8°, bem como o inciso III do \S 1° do art. 12 da Lei n° 2.997, de 2013.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 8 de outubro de 2025; 204° da Independência e 137° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos**, **Governador**, em 14/10/2025, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do <u>Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.</u>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0064801107** e o código CRC **E58539F5**.

Referência: Caso responda esta Lei, indicar expressamente o Processo nº 0032.070388/2020-91

SEI nº 0064801107